

## Especialistas apontam papel da Previdência no desenvolvimento do país



A ANFIP retomou, na quinta-feira (28/1), a realização dos debates virtuais da Live - Série ANFIP. Nesta primeira edição de 2021, o presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam os convidados Arnaldo Faria de Sá, vereador de São Paulo e ex-deputado federal; o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA (Afipea), José Celso Pereira Cardoso Júnior; o professor de Direito Previdenciário Wagner Balera; e o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Narlon Gutierrez Nogueira.

Décio Bruno Lopes realizou a abertura do evento lembrando o aniversário de 98 anos da Previdência, celebrado no dia 24 de janeiro. Em sua exposição, defendeu que “considerar a Previdência apenas pelo lado da despesa é um erro”, tendo em vista que “é um fator de desenvolvimento econômico, social e de redistribuição de renda”. Segundo ele, não existe desenvolvimento sem renda. No entanto, observou, a concentração de renda nas mãos de poucos não se presta ao

desenvolvimento econômico, tão pouco ao desenvolvimento social.

Sobre as reformas, Décio Lopes afirmou que os projetos dos últimos governos não têm proporcionado um grande desenvolvimento para o setor, mas sim uma dificuldade no reconhecimento de direito aos benefícios “aliada a uma reforma trabalhista que dificulta e muito a situação previdenciária”.

Já Márcio Gheller lembrou que o tema não é novo e está presente em todas as agendas dos governos. “Me parece que sempre estamos iniciando uma discussão, ainda que tão velha, tão batida. O homem previdenciário, o previdenciarista, é constantemente chamado a ter fé, pois a Previdência funciona igual a um jogo de xadrez, com avanços e retrocessos”.

Arnaldo Faria de Sá, atual vereador de São Paulo e ex-deputado federal, cumprimentou a ANFIP como “entidade histórica defensora da Previdência Social pública” e fez questão de lembrar que utiliza informações e dados de referência

elaborados pela Entidade, desde a Constituinte, para lutar pelo direito do trabalhador brasileiro. Ele defendeu, ainda, a luta contra o desmonte da Previdência Social. “Defendê-la é defender o futuro do trabalhador brasileiro. Não podemos tratar apenas o aspecto econômico, mas também o social”.

O doutor em Economia e presidente do Afipea, José Celso Pereira Cardoso Júnior, ressaltou que, neste momento conturbado que o Brasil vem passando, é preciso serenidade e desprendimento ideológico para analisar os processos que estão em curso. “Várias das coisas que vêm sendo sugeridas e aprovadas, num período curto de tempo, de 2016 para cá, especificamente, são mudanças profundas e muito perniciosas ao Estado, ao serviço público e à própria população brasileira que, no fundo, é quem vem sofrendo as consequências dessas reformas atuais”. Sobre a recente reforma previdenciária, José Cardoso considera ruim porque se equivoca em vários aspectos.

**Divulgado índice de reajuste do plano de saúde Unimed Vitória**  
PÁGINA 2

**Entidades solicitam a candidatos prioridade à Reforma Tributária**  
PÁGINA 3

**Confira as vantagens do seu Clube de Benefícios**  
PÁGINA 5

O professor de Direito Previdenciário Wagner Balera destacou a importância de questionar se o sistema atual de Previdência reduz as desigualdades sociais e regionais, como parte essencial para a realização de futuras reformas. Segundo ele, o que as recentes reformas tentaram fazer, e não conseguiram, foi reduzir as assimetrias entre os vários regimes de Previdência, o que, ao fim, acabaria por reduzir as desigualdades. No entanto, reafirmou que as modificações acabaram por aprofundar ainda mais as desigualdades do país. “O que falta é uma reforma coerente, que vai exigir

o respeito do modelo de equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e unificar os discursos da seguridade e da tributação”, disse Balera.

Narlon Gutierrez Nogueira, secretário de Previdência do Ministério da Economia, ao falar da Reforma da Previdência (Emenda 3/2019), explicou que as discussões começaram em 2015. “[naquele período] Foi instituído um grupo de trabalho para debater a necessidade de alterações na Previdência Social”. Segundo ele, foi um debate que envolveu o Parlamento, a sociedade, pesquisadores e estudiosos com diferentes

visões sobre o tema e que resultou no texto aprovado. “A Previdência Social tem um papel fundamental e nós não negamos isso, e ficou, mais uma vez, demonstrado agora, durante a pandemia, com os pagamentos que são efetuados há cerca de 40 milhões de brasileiros, quando consideramos o Regime Geral de Previdência Social, os Regimes Próprios, o sistema de proteção social dos militares, e pagamentos que chegam à ordem de R\$ 80 bilhões por mês”.

O debate completo está disponível no canal da ANFIP no Youtube. Assista [AQUI](#).

## Após intensa negociação, ANFIP reduz proposta da Benevix para reajuste de plano de saúde



A ANFIP informa aos usuários do plano de saúde Unimed Vitória que, após reunir argumentos técnicos e promover várias rodadas de negociação junto à Benevix, conseguiu negociar um dos menores índices de reajuste já aplicados ao plano. Além de a data base ser em fevereiro, em vez de janeiro, ficou estabelecido o reajuste de 5,67% para

a Rede Diferenciada e de 2,5% para a Rede Padrão. A proposta inicial da Benevix era um reajuste de 20,74%.

“Esta negociação foi a melhor da história da ANFIP, pois apresentou os menores índices de reajuste. Isso se deve à dedicação exclusiva da Comissão de Saúde. Com argumentos técnicos, políticos e econômicos conseguiu demonstrar à Benevix e à Unimed

Vitória que, neste momento, não cabia aumento superior à inflação para o Plano Padrão. Com isso conseguimos reduzir o aumento proposto de 20,74% para 5,67%”, informa o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, que, juntamente com o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, encaminhou ofício aos usuários com o histórico da negociação.

Integram a Comissão de Saúde os seguintes vice-presidentes: Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Luiz Mendes Bezerra (Finanças), Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial). A coordenação da Comissão é de responsabilidade de Ariovaldo Cirelo. A supervisão dos trabalhos da Comissão é de responsabilidade do vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e do presidente Décio Bruno Lopes.

### EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP defende autonomia do fisco em reunião com senador



O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arnaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, participaram de reunião virtual na segunda-feira (25/1), promovida pelas entidades integrantes do Pacto de Brasília, que defende a autonomia da administração tributária.

No encontro, que contou com a presença do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR) e do senador Major Olímpio (PSL-SP), relator revisor da Reforma Tributária em tramitação em Comissão Mista Especial, foram analisados os diversos aspectos das eleições para a presidência das Casas do

Congresso Nacional, previstas para a próxima semana.

Da mesma forma, as entidades presentes (ANFIP, Afresp, Fenafisco, Fenafim, Unafisco, Sindifisco, Sindireceita, Febrafisco e Febrafite) obtiveram o apoio do senador, que também é líder do PSL, às emendas já apresentadas que tratam da estrutura da administração tributária nas três esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Novos encontros serão promovidos nos próximos dias com a mesma pauta. Já ocorreram reuniões com outros membros da Comissão Especial, entre eles o relator, deputado federal Aginaldo Queiroz (PP/PB).

## Entidades do Fisco solicitam a candidatos às presidências da Câmara e Senado que priorizem Reforma Tributária

As entidades do Fisco nacional, entre elas ANFIP, encaminharam aos candidatos que disputam a Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nota solicitando que deem absoluta prioridade à Reforma Tributária na agenda de votações de 2021.

Para as representações, a Reforma Tributária é a única capaz de produzir resultados imediatos e concretos para recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento econômico sustentável, tais como a geração de empregos, a justiça fiscal e o destravamento da economia, além de favorecer a melhoria do ambiente de negócios com a simplificação de normas tributárias.

“As entidades tributárias das três esferas (federal, estadual e municipal) entendem que, em consonância com os anseios da sociedade, a gravidade do momento não deve esperar por

soluções paliativas nem por experimentos”, diz o comunicado. Para o grupo, o Congresso Nacional tem importância decisiva na busca por soluções para as complexas e urgentes questões em tempos de crise econômica e sanitária.

Além da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), assinam o documento: Anafisco (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal), Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais Tributários Estaduais), Fenafim (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais), Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

## Recadastramento anual de aposentados e pensionistas no SIPEC segue suspenso até 31/3

O Ministério da Economia estendeu a suspensão da obrigatoriedade da Prova de Vida anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec) até o dia 31 de março de 2021. A prorrogação não afeta o pagamento de

proventos ou pensões aos beneficiários.

A determinação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (27/1), pela Instrução Normativa (IN) nº 14, de 26 de janeiro de 2021. Leia o documento oficial na íntegra [AQUI](#).

## ANFIP prestigia evento dos servidores federais no Fórum Social Mundial



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou, na terça-feira (26/1), a mesa de debate do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). O encontro faz parte da série de atividades do Fórum Social Mundial 2021, que acontece pela primeira vez de forma virtual.

Participaram como debatedoras a presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), Lúcia Souto; a presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gulnar Azevedo; e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, Mychelle Alves. A coordenadora de Seguridade Social do Sindicato dos Técnicos-administrativos do Ensino Superior (Fasubra), Mariane de Siqueira, mediu o diálogo.

O objetivo do encontro foi apresentar as principais questões que envolvem os trabalhadores do serviço público, durante a pandemia, em meio à luta por democracia. As debatedoras trataram dessas questões visando contribuir com alternativas em defesa do serviço público.

Para Vilson Romero, é extremamente necessária a

valorização dos servidores públicos. “Cada vez é mais importante destacar o trabalho dos servidores na linha de frente do combate à pandemia, seja nos hospitais, através do Sistema Único de Saúde (SUS) e na produção das vacinas (Fiocruz e Instituto Butantan), ou em inúmeras outras atividades essenciais que exigem trabalho presencial”, declarou.

Em sua exposição, Lúcia Souto destacou a importância das ações realizadas pelas entidades representativas em defesa dos servidores e do serviço público. Segundo a debatedora, a comunicação que as entidades estão fazendo é muito eficaz, pois mostra, na prática, quem são os servidores públicos, que são importantes e que estão produzindo resultados para o Brasil.

Sobre o cenário de pandemia, Gulnar Azevedo destacou que o Brasil felizmente conta com uma quantidade enorme de funcionários públicos que estão na linha de frente, trabalhando e fortalecendo o SUS. “Nesse cenário, os maiores desafios são garantir a vacina para todos e o financiamento do SUS”, alertou.

Na avaliação de Mychelle Alves, é necessário que a população esteja atenta à Reforma Administrativa. De acordo com a palestrante, as vacinas só foram aprovadas emergencialmente pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), pois os responsáveis são servidores concursados que têm estabilidade e autonomia para exercer o seu trabalho independente de interferências políticas. “É importante frisar isso, pois, se for aprovada, a Reforma Administrativa pode impactar principalmente no nosso trabalho enquanto servidores e nas nossas instituições públicas”, enfatizou.

Em complemento, Mariana de Siqueira afirmou que nas lutas de classe é preciso reinventar formas e ter união. “É necessário ter organização na luta, é coletividade, não tem saída individual”, disse.

Confira o debate completo [AQUI](#).

## Em videoconferência com a Auditoria Cidadã, ANFIP articula Carta Aberta contra PEC 32/20



Nesta terça-feira (26/1), a ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou da primeira reunião do ano do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), juntamente com as demais entidades de classe representativas dos servidores públicos.

O encontro foi iniciado com uma reflexão sobre as perdas provocadas em razão da pandemia do novo coronavírus,

sobretudo em 2020, dedicando-se um minuto de silêncio em solidariedade às famílias afetadas. Em seguida, foi feita uma análise da conjuntura socioeconômica nacional, considerando o contexto das reformas e das alterações legislativas em tramitação nas Casas do Congresso.

Diante disso, as entidades presentes concordaram em elaborar uma Carta Aberta dirigida às autoridades, questionando argumentos e dados equivocados utilizados para justificar a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), bem como os projetos referentes à Reforma Tributária, ao Pacto Federativo, ao Plano Emergencial e ao novo programa social que substituirá, em breve, o Renda Cidadã.

“A ACD, coordenada pela Auditora Fiscal Maria Lúcia Fatorelli, também associada da ANFIP, tem o nosso apoio em sua contínua luta pela transparência nos números da Dívida Pública brasileira, que alcançou, no final de 2020, mais de R\$ 4,8 trilhões”, afirmou Vilson Romero.

## Conselho Fiscal da ANFIP realiza reunião ordinária

O Conselho Fiscal da ANFIP promoveu reunião ordinária nesta sexta-feira (29/1). O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, fez a abertura do encontro, que contou com a participação do vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, da coordenadora Assunta Di Dea Bergamasco, e dos demais integrantes do CF: Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão (relatora), Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros (membro) e Lourival de Melo Lobo (suplente).

Décio Bruno Lopes destacou que um dos objetivos da gestão atual é ter transparência. “Aquilo que estamos fazendo deve ser visto e analisado por todos aqueles que tem competência de fazê-lo. Estamos abertos a quaisquer sugestões de melhoria. Nossas ações estão sempre no caminho de fortalecimento da Entidade e consequentemente na defesa dos interesses de nossos associados”, afirmou.

Durante o encontro foram abordados esclarecimentos referentes às solicitações de justificativas do conselho; análise de documentação recebida dos Conselhos de Representantes,



Executivo e outros; além de análise dos documentos contábeis, da execução orçamentária, da movimentação financeira; por fim, foi realizada a discussão e elaboração do edital de concorrência para processo de seleção da empresa de auditoria externa.

A próxima reunião do grupo acontece em fevereiro.

## RFB publica portaria de avaliação de desempenho e de reversão de aposentadoria

A Receita Federal do Brasil (RFB) publicou no Diário Oficial da União (DOU) de quarta-feira (27/1) portarias de interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal Ativos e Aposentados, confira:

Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 2021 – Estabelece procedimentos específicos para fins de avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção dos servidores ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil. Segundo a portaria, o ciclo de avaliação de desempenho será anual e terá início no primeiro dia do mês de agosto e término no último dia do mês de julho do ano seguinte. O intervalo para a progressão funcional e promoção coincidirá

com o ciclo de avaliação de desempenho. As exigências podem ser verificadas na íntegra da publicação ([AQUI](#)).

Portaria nº 5, de 25 de janeiro de 2021 – O documento se destina a servidores aposentados que desejam retornar às atividades, conforme vagas definidas para o ano de 2021. São 50 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal e 50 vagas para o cargo de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. Os critérios estabelecidos para o preenchimento das vagas encontram-se detalhados na [Portaria SRF nº 260/2001](#), que edita as instruções complementares relativas à reversão, no interesse da Administração, de inativos procedentes da Carreira Auditoria da Receita Federal. Confira [AQUI](#) a portaria.

## Inscreva-se no canal da ANFIP no Telegram

Já baixou o Telegram? Se você é usuário do aplicativo de mensagens instantâneas, já pode se inscrever no Canal da ANFIP, mais um meio utilizado para informar todos os associados dos principais acontecimentos da Entidade.

O Telegram, além do serviço de troca de mensagens, oferece aos usuários a possibilidade de criar canais de

informação e de se inscrever em canais já existentes. É só digitar ANFIP na busca e clicar em “entrar”, na parte inferior da tela.

Além de informações diárias, serão publicadas notícias de interesse dos associados. Se ainda não baixou o aplicativo, basta procurar o Telegram o App Store ou Google Play.

## BENEFÍCIOS

### Aproveite os descontos do Clube de Vantagens

Em homenagem ao Dia do Aposentado, comemorado em 24/1, o Clube de Vantagens preparou descontos exclusivos para os associados e seus dependentes, que variam entre 8% e 50%, nos seguintes parceiros: Nespresso; Clube de Turismo Bancorbrás; Movida; e Ortho House. Confira em [anfip.temvantagens.com.br](http://anfip.temvantagens.com.br).

### Últimos dias de taxas especiais no Banco Alfa

Quer crédito consignado com as menores taxas do mercado? Aproveite os últimos dias da campanha do Banco Alfa e faça uma simulação diretamente na plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens. São taxas a partir de 0,75% a.m, a partir da avaliação do solicitante. Acesse [AQUI](#) a plataforma.